

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

FRANCISCA NOGUEIRA DA SILVA
KENNETH SEBASTIAN BEZERRA FONSECA
SILVANA CRISTINA DA SILVA COQUEIRO JARDIM

GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma experiência no curso superior de licenciatura em
educação do Campo do IFMA Campus São Luís Maracanã.

São Luís
2017

FRANCISCA NOGUEIRA DA SILVA
KENNETH SEBASTIAN BEZERRA FONSECA
SILVANA CRISTINA DA SILVA COQUEIRO JARDIM

GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma experiência no curso superior de licenciatura em educação do campo do IFMA Campus São Luís Maracanã.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior.

Orientadora: Profa. Ms Ludmilla Leite Rodrigues

São Luís
2017

FRANCISCA NOGUEIRA DA SILVA
KENNETH SEBASTIAN BEZERRA FONSECA
SILVANA CRISTINA DA SILVA COQUEIRO JARDIM

GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma experiência no curso superior de licenciatura em educação do Campo do IFMA Campus São Luís Maracanã.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra.
(Orientadora)
Doutora em
Universidade

Profa. Ma.
Mestra em Universidade

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos bons espíritos pela iluminação dos nossos espíritos.

Aos nossos familiares pelo amor, carinho, atenção, incentivo, força e compreensão na caminhada da vida.

Aos amigos de turma e funcionários da Faculdade Laboro.

E a comunidade escolar do IFMA Campus São Luís Maracanã.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Paulo Freire.

RESUMO

A escola está envolvida na sociedade e vice-versa, seja para aprender, para ensinar ou para aprender e ensinar onde todos os dias estamos envolvidos por ela. A escola para funcionar está envolta de uma estrutura necessária para que seja possível o tipo de educação que a sociedade busca construir. E para um desenvolvimento concreto dessa escola é necessário que haja um projeto político pedagógico que atenda as demandas do seu público. Uma proposta de gestão democrática e participativa expressa um movimento na qual as atividades são pensadas, com intenção clara e definida, devendo resultar de decisões desenvolvidas coletivamente. O presente trabalho aborda uma análise do projeto político pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO/IFMA Campus São Luís, Maracanã buscando identificar que modelo de gestão foi adotado no processo de ensino-aprendizagem quando de sua concepção. Para tanto, utilizou-se das teorias de gestão escolar, conceitos de pesquisadores e autores como referência e de um estudo de caso como forma de pesquisa. A partir dos resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir, em princípio, que a instituição estudada adota formalmente o modelo democrático de gestão.

Palavras-chave: Gestão escolar. Projeto político pedagógico. Gestão democrática.

ABSTRACT

The school is intertwined in the society and vice versa, either to learn, to teach or to perform a learning-teaching process, in which we are involved everyday.. To work properly, the school is surrounded by a structure that makes possible the kind of education which society seeks to build. And for a strong development of the school, it is necessary a pedagogical-political project that meets the demands of its public. A proposal for democratic and participative management expresses a movement in which activities are thought with clear and definite intention and must result from decisions developed collectively. The present work addresses an analysis of the pedagogical political project of the Degree in Rural Education -PROCAMPO / IFMA Campus São Luís, Maracanã, seeking to identify which management model was adopted in the teaching-learning process when it was conceived. In order to do so, we applied theories of school management, concepts developed by researchers and authors as references; it was used also a case study as a form of research. From the results obtained in this study, it can be concluded, in principle, that the analysed institution formally adopts the democratic management model.

Keywords: School management. Political – pedagogical Project. Democratic management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACONERUG- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão

CCN- Centro de Cultura Negra do Maranhão

CNE- Conselho Nacional de Educação

CEB- Câmara de Educação Básica

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira

IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

GRA- Grupos Regionais de Alunos

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PROCAMPO- Programa de Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PPP- Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA.....	122
3. OBJETIVOS.....	133
4. METODOLOGIA	144
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	155
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A escola é um assunto amplo, pois trata de conceitos como: educação, conhecimento, gestão, democracia, alunos, professores, disciplina, formação e outros; contribuindo para a formação de uma sociedade preparada para a sua atuação dentro de uma concepção democrática de direito.

Embora a educação democrática já fosse apresentada no Brasil com o início das experiências de John Dewey e outros pensadores que adotam a educação inovadora do ponto de vista da semelhança pedagógica entre professor- aluno, pois a :

[...] educação preconizada por Dewey era essencialmente pragmática, instrumentalista. Buscava a convivência democrática sem, porém, pôr em questão a sociedade de classes (VEIGA; FILHO, LOPES 2007, p.142).

Sendo assim a educação nesse momento era fundamentalmente de preparar e desenvolver o indivíduo para a sua posição social, sem qualquer questionamento, pois a escola dava a educação necessária para a instrução do aluno ser capaz de desenvolver suas funções do serviço que fosse preparado. O indivíduo era mero reprodutor da sociedade.

O papel da escola está inserido em diversos estudos que tratam de difundir a relação e a organização do seu trabalho. Estes envolvem a questão da administração escolar e a gestão escolar que tem com seu conceito o reflexo das diferentes posições tantas políticas, econômicas e sociais que iram definir o papel significativo da escola na formação do homem para a sua sociedade. Dessa forma a estrutura organizacional da escola se diferencia uma da outra, pois depende das concepções e princípios que envolve o modelo de escola inserido na sociedade que será destinada.

Para que a escola possa funcionar de forma esperado é necessária uma gestão que possibilite justamente a sua organização para que seja fundada nem possibilidade de desenvolvimento e transmissão do conhecimento criando as oportunidades para que alunos construam e reconstruam o saber. Para que seja possível essa mudança é necessária caminhar para que a gestão construa uma identidade como espaço-tempo pedagógico com organização com bases assim convictas em um processo de construção coletiva.

A gestão democrática é definida pela Constituição Federal estabelecida no artigo 206 os princípios sobre os quais o ensino deve ser ministrado. É necessário que o sistema de ensino defina as normas da gestão democrática de acordo com as peculiaridades nos princípios de participação dos profissionais da educação em toda a organização da escola e também da comunidade escolar. Sendo assim a gestão democrática do ensino, na forma da lei que a atuação remete a participação por igual de todos os envolvidos na comunidade educacional.

Como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser determinar: participação, autonomia, transparência e pluralidade. E como instrumentos de sua ação, surgem as instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como conselhos e similares, que propiciam espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino e da escola. Assim, a gestão democrática da educação:

Trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso. (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 12).

Nesse sentido a democratização da educação vai muito além de ampliar o atendimento escolar, mas um sentido democrático da prática social da educação. Conquanto essas práticas educativas possam ser inseridas formalmente, como integrante do Projeto Político Pedagógico (PPP) tal perspectiva de aproximação, caracteriza-se como um dos componentes do PPP e a comunidade, no aspecto qualitativo e quantitativo, no que se refere aos educandos.

Na escola, os sujeitos participativos na prática educativa são os docentes, discentes e membros do conselho escolar, frente à necessidade institucional de intervir e participar da formulação do PPP, dessa maneira passa a atuar de forma construtiva nos caminhos da escola. Portanto, o PPP é um instrumento de luta onde se fará toda ação pedagógica da escola organizada de forma que o trabalho pedagógico seja passado por uma reflexão sobre os seus princípios dentro da comunidade escolar.

Dessa forma, podemos esperar que em todos os projetos políticos pedagógicos de qualquer escola, instituição e outras, tenha em um de seus conceitos, a gestões democráticas e participativas inseridas no PPP nos remetendo a algumas reflexões sobre a administração escolar, para auxiliar e compreender e

realizar, com a devida abrangência que o processo e procedimentos de planejamento da escola chegando de fato aos seus objetivos no cumprimento de sua tarefa socioeducativa.

Sendo assim, a proposta dessa revisão bibliográfica buscamos o entendimento do que seja gestão escolar dentro de uma instituição que tenha esse elemento bem definido. Para isso, utilizaremos o Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA Campus São Luís Maracanã na perspectiva de analisarmos como se dará a gestão dentro do curso. Este curso tem um público alvo específico e voltados para a formação de educadores do campo para atuarem na educação do campo.

A educação do campo expressa uma nova concepção nas lutas dos movimentos sociais enfatizando o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, ou seja, como lugar de construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto a política educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA – Campos São Luís - Maracanã se apresenta como um momento histórico na implantação do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, intensificando suas ações no atendimento à clientela da educação do campo por meio de projetos pedagógicos que atuam a nível básico, técnico e superior. O IFMA Campus São Luís está localizado no Estado do Maranhão – Brasil, que possui um grande potencial agrícola, pesqueiro e pecuário, atende ao setor primário cuja população economicamente ativa se encontra na zona rural.

2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de nossas inquietações em relação a gestão em todas as suas instâncias dentro do curso de especialização. Principalmente quando deparamos com a disciplina de Gestão da Educação e Projeto Político-Pedagógico que nos trouxe ainda mais interesse sobre o assunto e justamente a interrogação que nos levou aprofundar a pesquisa sobre o tema.

A partir de leituras de autores envolvidos com o tema, podemos deparar e organizar a complexa natureza que é a gestão escolar. Propondo assim, entender que para viabilizar um projeto político pedagógico que seja globalizador e interdisciplinar, deve se prever formas democráticas de organização e funcionamento de uma escola.

A gestão democrática é a forma de construir uma identidade escolar em um espaço-tempo pedagógico, envolvendo a todos que participam do processo e são reais interventores (pais, alunos, professores, gestores e comunidade escolar). Para que isso ocorra é necessário definir claramente os princípios e diretrizes que irão estar no PPP.

Sendo assim, para investigar as demandas do PPP, utilizou-se o projeto do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo do IFMA campus São Luís Maracanã onde esperávamos perceber bem essas definições e o desenvolvimento da gestão democrática.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

- Analisar a gestão escolar que o Instituto Federal do Maranhão – IFMA adotou para desenvolver o Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo.

3.2 Específicos

- Conhecer definições e conceitos utilizados sobre gestão no campo da educação.
- Investigar se o modelo de gestão democrática foi implantado no curso.

4 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho o procedemos da seguinte forma: inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico de obras científicas relacionadas ao assunto para o embasamento teórico. Dentro de uma perspectiva de cunho dialético que segundo Gadotti, (2003, pg. 34)“[...] ao estudar uma determinada realidade objetiva, analisar metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade [...]. Observa-se então maior respaldo e uma melhor compreensão para o pesquisado, além de o mesmo encontrar objetividade em seu material de pesquisa.

O instrumento utilizado foi a análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sendo este um documento importante, haja vista, que através dele podemos fundamentar o objetivo pretendido neste revisão bibliográfica na investigação do entendimento do conceito de gestão democrática proposto no projeto fazendo a comparação com os autores e pesquisadores que se detêm a análise desse tema. Procurando sempre discutir com os autores a suas colocações e analisar o projeto o encontrar os conceitos defendidos por eles, fazendo uma ligação lógica e acadêmica sobre o tema.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação é um ato permanente do homem e necessário ao seu desenvolvimento. No conceito, sugerido por Brandão, que:

Deriva do latim *educere*, que significa extrair, desenvolve e consistindo uma base para a formação do caráter do homem, cujo objetivo é guiá-lo em um desenvolvimento dinâmico. (BRANDÃO, 2007, p. 63, grifo do autor).

Diante disso podemos dizer também que educar é parte do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam a partir da cultura e da política seus conhecimentos. Que leva o indivíduo a construir significativamente o seu caráter e torná-lo preparado para atuar na sua vida em sociedade.

Dessa maneira a educação é um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vista a garantir o desenvolvimento de uma sociedade, seja ela uma tribo de índios a uma sociedade urbanizada de uma grande metrópole, essas com cada uma a maneira e a forma de envolver a educação para a sua sociedade. Educar é um ato necessário, esta seria a chave para o desenvolvimento da sociedade nos ramos (economia e social), é algo quase natural onde a sociedade herda a cultura e a transmite para a próxima geração.

Assim a educação é um verdadeiro guia para uma convivência social saudável e o possibilita produzir e disseminar conhecimentos; considerado, portanto, em um fator preponderante na formação de um cidadão atuante na sociedade.

De acordo com Freire (1996) Educação:

É um conjunto humanizador de forças cujo alvo é a liberdade do homem e fazer a transformação social que possibilitam uma intervenção no mundo.

Para intervir é necessário conhecer e sendo assim para a educação venha promover essa mudança é necessário fazer deste homem um contestador da reprodução do modelo ideológico dominante de forma a mudar a sociedade a qual pertença.

Em virtude de todas as definições que propomos a um consenso comum diante da educação, ela seria algo necessário para que o homem consiga criar condições em torno da manutenção e intervenção da transmissão do conhecimento,

em uma troca continua entre os agentes envolvidos com a educação seja ele educando ou educador. E essas condições só se desenvolvem diante do exercício contínuo da cidadania através de uma indispensável formação educacional contínua.

Para a preparação e formação do educando cabe a educação encaminhá-lo a progredir através dos níveis e das modalidades de ensino que preparando para desenvolver suas habilidades. Desde da educação básica a formação superior, o educando é envolvido por conhecimentos que irão aprimorar a cada etapa da educação, levando sempre a progredir no processo educacional.

Dentre esses níveis e modalidade de educação que o educando vai progredindo, procuramos o objeto do nosso estudo o ensino superior e com ele utilizamos a análise do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo promovido pelo IFMA, com foco na gestão da educação promovida pelo curso. Haja vista que, para uma boa educação, é necessário que haja uma gestão que organize esses níveis e modalidades.

Ao depararmos no foco da gestão, temos como conceituá-la sendo uma atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos administrativos. Poder-se-ia dizer que neste sentido é sinônimo de administração. Segundo Libâneo (2004, pg. 140) "A direção é um princípio e atributo da gestão, por meio do qual é canalizado o trabalho conjunto de pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos". A direção põe em ação o processo de tomada de decisão na organização, e coordena os trabalhos para que sejam executados da melhor forma possível.

Outro conceito necessário para fomentarmos a gestão será de acordo com Libâneo a participação:

É o principal meio de se assegurar a gestão democrática de uma instituição, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da instituição com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre os docentes, discentes e comunidade em geral. O conceito de participação se fundamenta no de autonomia.

Sendo assim conforme Libâneo (2004, p.120) autonomia “significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, de conduzirem sua própria vida”. A autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão. Sua realização concreta nas instituições é a participação.

Dentro dos princípios que estão também na gestão aparecem os processos de organização e gestão. É necessário assim fazermos uma apresentação das concepções bem diferenciadas em relação às finalidades sócias e políticas da educação.

Na concepção científico-racional segundo Libâneo (2004, p. 120) “prevalece a visão mais burocrática e tecnicista”. A instituição deve funcionar racionalmente. Ela pode ser planejada, organizada e controlada de modo a alcançar melhores índices de eficácia e eficiência. É o modelo mais comum encontrado em nossa realidade educacional. Na concepção sócio crítica a instituição é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no seio do grupo e as relações com o contexto sociocultural e político.

Entretanto, outras concepções nos últimos anos ampliaram o leque dos estilos de gestão, tais como: a concepção técnico-científica que segundo Libâneo (2004, p.121) “baseia na hierarquia de cargos e funções, nas regras e procedimentos administrativos, visando a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares”; e enquanto a concepção autogestionária podemos expressar que fundaria com a responsabilidade de todos, e na falta de uma direção centralizada e acentuação na participação direta de todos da comunidade da instituição poderia assumir esse comando.

A concepção interpretativa que considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação entre as pessoas. (LIBÂNEO, 2004, p. 123).

Entende-se que em um modelo de gestão democrática – participativa se tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho. Nesse modelo de gestão é indispensável a introdução do trabalho em equipe. Entendendo-se equipe como um grupo de pessoas que trabalha junto, de

forma colaborativa e solidária com vistas a formação e a aprendizagem dos alunos. Sob a ótica organizacional, trata-se de uma modalidade de gestão que, por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizado dos alunos.

De uma maneira geral podemos dizer que as diferentes concepções de gestão refletem posições e concepções do papel da instituição e da formação humana na sociedade. Ou seja, uma instituição se organiza e estrutura o caráter pedagógico dependendo de seus objetivos mais amplos de conservação ou transformação social.

Sendo assim ao investigarmos o objeto de nosso estudo devemos identificar e conceituar a educação da qual o curso de Licenciatura do Campo promovido pelo Instituto Federal de Educação – IFMA. O instituto tem sua identidade vinculada às questões inerentes a realidade do educador no campo, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos educandos, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Portanto, ao se definir como público alvo aqueles que atuam nas escolas do campo, estamos demarcando esse espaço, para além da escola formal, incluindo-se os espaços educativos que se encontram no campo: como associações, cooperativas, sindicatos, movimentos e outros. Ao se fazer conhecedor sobre educação do campo, destacamos principalmente o que ocorre dentro do nosso estado.

Dentro da educação o Estado do Maranhão sobre a formação docente, a atuação majoritária dos profissionais que detém formação em Ensino Superior fica concentrada nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, principalmente nas cidades e deixando muitas vezes o campo desfalcado e profissionais da educação.

E esse cenário está diretamente ligado à situação dos professores que atuam nas escolas do campo, no Maranhão, tanto no que se refere à insuficiência de professores habilitados para atuarem nas escolas do campo, o que limita a expansão da oferta, quanto ao tipo de formação a eles ofertada, ou ainda pelas condições de trabalho a que estão submetidos.

Outro aspecto a considerar se refere ao fato de muitos dos educadores que atuam nas escolas da zona rural não residem no campo e, além do mais, não apresentam elementos de identidade com o modo de vida das comunidades rurais. Assim, facilmente transformam o tempo de trabalho que dedicam a essas escolas em “um bico”, uma atividade que funciona apenas para complementação salarial, o que tem como consequência mais visível o não cumprimento da carga horária, a qual se restringe, em alguns casos, a três dias letivos por semana e a uma relação professor/aluno meramente formal e superficial, às vezes guiada por noções preconceituosas, ou distanciada das questões significativas para as pessoas que vivem no campo, não cultivando, pois, no processo educacional os necessários elementos de identidade.

Os cursos convencionais que, por vezes, chegam até os municípios têm se apresentado limitados para a formação do educador que a educação do campo necessita, no qual, o educador, além do conhecimento técnico, possa reconhecer e interagir na diversidade dos vários e amplos contextos particulares do campo, sem perder, entretanto, a noção da totalidade que envolve esses contextos. Por outro lado, as condições de existência a que estão submetidos estes educadores exigem que se desenvolvam estratégias de organização do tempo, do espaço e dos processos pedagógicos que lhes permitam frequentar os cursos sem prejuízo nem para sua formação nem para as atividades em seu trabalho.

No âmbito da formação de educadores da qual a LDB provoca, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde 1999, que ofertou, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, o I Projeto Magistério em Nível Médio, coordenado pelo Departamento de Educação II, em parceria com Movimentos Sociais do Campo, a saber: MST e ASSEMA, entre 2002 e 2005; II Projeto de Formação de Educadores e Educadoras do Campo, coordenado pelo Departamento de Educação II, em parceria com Movimentos Sociais do Campo, a saber: MST e ASSEMA, entre 2005 e 2009; Pedagogia da Terra, Tradicional e Quilombola, coordenado pelo Departamento de Educação II, em parceria com Movimentos Sociais do Campo, a saber: MST, ASSEMA, ACONERUQ, CCN iniciado em 2011.

Apesar de louváveis, tais políticas, contudo, são insuficientes quando se depara com a demanda de professores qualificados para atuarem nas escolas do campo maranhense. Tal elemento torna ainda mais relevante a necessidade de

ampliação e consolidação dos cursos de formação inicial de educadores do campo. Temos como exemplo o PROCAMPO, a qual o IFMA/ Campus São Luís Maracanã tem construído uma caminhada na concepção de campo e de educação, apresentada pela proposta político-pedagógica diferenciada, que se amplia para a educação não-escolar e para os movimentos e formas de organização do campo. Ele tem como finalidade a formação de educadores para a atuação técnica, social e política nas escolas do campo, visando a melhoria das condições educacionais e integrada a um projeto de desenvolvimento sustentável, respeitando suas especificidades e a diversidade de suas culturas. Visa, portanto, tentar compor forças no processo de minimização das históricas distorções em relação à formação de educadores e educadoras em Educação do Campo no Maranhão.

E uma delas seria a educação do campo, voltado a legislação só vem a legitimar que a formação docente para atuar na educação do campo deve ser específica no atendimento desta clientela. Segundo Molina & Freitas:

Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo. (MOLINA; FREITAS, 2012, p. 19).

A educação em nosso país está amparada em legislações e em primeiro lugar está inclusive referenciado no artigo da Lei Maior verbis:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2008).

Pode-se abranger que o artigo 205 da Constituição Federal estabelece três objetivos básicos da educação: pleno desenvolvimento da pessoa, preparo da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação da pessoa para o trabalho como um todo. Por tanto segue que não podemos deixar de cumprir com as definições ditas por nossas Lei Maior.

Em 1996, foi criado a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB, documento que vem nortear toda a educação brasileira e estará em todos os documentos legais da escola, universidades e demais ambientes educacionais. Dessa forma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, no

seu artigo 28 determina a necessária adequação do processo educativo às peculiaridades da vida no campo, ao seu trabalho e na sua cultura. Esse dispositivo abriu espaço para se repensar a educação ofertada às populações do campo, conduzindo a um amplo movimento acerca da educação necessária para atender a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

De acordo também podemos contemplar que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo na resolução CNE/CEB Nº01/2002, no seu artigo 3º, reafirma o direito de todos à educação, colocando a necessidade de garantir a universalização do acesso dos povos do campo à educação básica e à educação profissional de nível técnico. Esse amplifica e remete diretamente à necessidade de formação de professores para atender os diversos níveis e modalidades da educação básica e da educação profissional de nível técnico.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nos remete a respeito à identidade da escola do campo:

Definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL,2002).

Sendo assim essa definição nos remete, portanto, à necessidade de formação de um educador com perfil que atenda as demandas do local de trabalho diante das especificidades e necessidades históricas de educação dos diferentes contextos em que o campo estiver inserido, com as suas lutas em defesa de uma educação de qualidade.

Aparado também no Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, em seu artigo 2º e 3º, advoga uma concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades para o trabalho multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento, permitindo, portanto, que as instituições de ensino superior possam inovar criando cursos adequados às necessidades da sociedade.

O Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo tem respaldo no Parecer CNE/CP nº.28, de 2 de outubro de 2001, que define a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Segundo este parecer, “A

duração dos cursos de licenciatura pode ser contada por anos letivos, por dia de trabalho escolar efetivados ou por combinação desses fatores. (CNE/CP, 2001).

Assegura então a educação com resposta as demandas da população do campo diante da formação necessária para o pleno desenvolvimento do indivíduo e também a sua comunidade.

Nessa perspectiva, a educação do campo é compreendida como um conceito em construção e se diferencia da educação tradicional, pois é construída pelo e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo.

Para entender o ambiente em que se promova essa educação é necessário a contextualização histórica do Instituto Federal do Maranhão -IFMA Campus São Luís Maracanã, que deu origem com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 a qual institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculada ao Ministério da Educação. Desta maneira a Escola Agrotécnica Federal de São Luís, a Agrotécnica de Codó e o CEFET-MA formaram o Instituto Federal do Maranhão, constituindo assim em uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e na Educação Superior, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos aplicados às suas práticas pedagógicas.

Ao longo dos seus 67 anos de existência o então IFMA Campus São Luís – Maracanã, não obstante de estar inserida na zona rural de São Luís- MA, o Campus São Luís - Maracanã alcança a sua influência por todo o Estado do Maranhão, vem dando a sua contribuição à sociedade brasileira e especialmente aos maranhenses com a formação de Cursos Técnicos, atendendo as populações da zona urbana das cidades maranhenses e especificamente à zona rural, levando profissionalizações às mais diversas comunidades agrícolas. Com experiência educacional através de parceiros atuando nos programas: PRONERA e PROJOVEM Urbano e Campo - Saberes da Terra e PROCAMPO.

Quando adentramos na análise do PPP do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo observou-se que a gestão do curso configurasse com a administração feita pelo Instituto Federal do Maranhão -

Campus São Luís - Maracanã, contando com o apoio das instituições parceiras, por meio da Coordenação Geral de Ensino.

A organização dentro do Projeto do curso foi composta por diversos atores educacionais: **Colegiado do Curso** que são as instituições parceiras, representação de professores e alunos. Está coordenação determinar em reuniões sobre o funcionamento do curso, definindo a execução financeira, a seleção de alunos e professores, calendário de atividades, entre outras atribuições; **Coordenação Geral** exercida por um professor doutor da Instituição, indicado para o projeto pela direção do campus, responsável por coordenar todo o processo de desenvolvimento do curso; **Coordenadores de Área** exercida por dois professores, com titulação mínima de especialista, sendo um de cada área de habilitação, indicados pela direção da Instituição. Suas funções estão relacionadas em auxiliar o coordenador geral, principalmente nas questões específicas de sua área de habilitação; **Secretaria Executiva** exercida por um técnico administrativo ou de apoio a ser contratado em tempo determinado, com recursos do Projeto, responsável pelos processos administrativos do curso, como organizar documentação de alunos, elaborar e enviar comunicações, cuidar dos arquivos, etc.

E ainda as atribuições da instituição executora e instituições parceiras concebiam dentre outras:

- **Instituto Federal do Maranhão Campus São Luís - Maracanã** – compete na Coordenação do Curso; executar, acompanhar e avaliar o plano de ação do projeto, cuidando pela aplicação competente e transparente dos recursos; estabelecer parcerias necessárias à execução do curso.
- **Secretaria de Estado da Educação** - movimentar educadores de sua rede, que atuam nas escolas do campo, para que sejam submetidos a processo seletivo especial, visando à formação das turmas; manter mobilizados os alunos visando a qualidade da aprendizagem;
- **Comitê Estadual da Educação do Campo** - desenvolver e acompanhar o planejamento, execução e avaliação do plano de ação do projeto; mobilizar Educadores de sua rede, que atuam nas escolas do campo

Todas essas descrições estão demonstradas no projeto político pedagógico do curso e são desenvolvidas para que seja possível uma gestão que atue de forma transparente e democrática; que traga para os seus envolvidos o respaldo positivo do trabalho executado no curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um campo em permanente inquietação, seja diante das metodologias aplicadas pelo professor para educar e na maneira da qual o aluno adquirir o conhecimento. Podemos compreender assim que todo o processo de elaboração de uma educação perpassa diante de um modo econômico, político, social e cultural da sociedade a qual pertença e assim do sujeito que a compõe.

A escola que é uma instituição que é legitimada socialmente, de maneira é onde podemos construir, também, o conhecimento desenvolvido pela sociedade. Para que seja possível uma construção que atenda as lutas dessa sociedade e transforme a realidade dos homens é preciso que a base que são os educandos, pais e professores também sejam os reais transformadores dentro da escola e para isso a sua organização organizacional inclua as vozes dessas bases.

A estrutura organizacional da escola também deve ter princípios fundamentados na estrutura dessa educação que o modelo de sociedade queira formar. Não uma educação que promova a padronização de educandos sem a liberdade de dialogar com o conhecimento, mas que fundamente os princípios de uma aprendizagem ética e construtora de educandos preparados para a sua atuação numa sociedade democrática.

Dessa maneira a construção de uma gestão deve ser levado em consideração a valorização da participação da comunidade escolar, seja do pais de alunos ao corpo integrante da escola. Envolvendo todos no processo de tomada das decisões, os docentes construtores de um conhecimento democrático na busca por um diálogo de consenso, um aluno pertencente a comunidade escolar atuando tanto na esfera de sala de aula com a participação de tomada de decisões e de fato que a escola toma o seu real papel de uma instituição social legitimada.

Nesta revisão bibliográfica podemos deparar com um princípio básico de uma gestão escolar que é a democrático. O fundamento desse princípio está a participação da comunidade escolar na construção de uma escola baseado num projeto de sociedade que desejam alcançar e para isso o trabalho da gestão deve atender a esses princípios.

Dessa forma os modelos de gestão que iram atender justamente o projeto de sociedade na qual a escola está inserida, representando dessa maneira todo os princípios, modos e perfil de educando necessário para a sua manutenção.

E quando analisamos o projeto político pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Maranhão IFMA Campus São Luís Maracanã detemos a considerar que tipo de gestão foi organização para o curso. Podemos perceber após a apreciação que fizemos do PPP do curso que os elementos da gestão presente foram entorno do modelo de gestão democrática participativa, ou seja, a construção da gestão envolve elementos como colegiado, comunidade, conselhos, associações, alunos, professores e outros que demonstrando nitidamente que o curso funciona dentro de uma perspectiva democrática na qual todos os envolvidos participam da construção da educação necessária para a formação dos educadores do campo do curso.

A gestão democrática na educação não é algo que está calçada nas faltas de as instituições dedica-se à coletivização das decisões, mais sim na justa insistência que as pessoas envolvidas devem fazer para manter as instituições em ampliar a participação da comunidade.

Por fim as dificuldades de uma gestão democrática não está me criar dentro das instituições normas da vida coletiva, trata-se em estabelecer regras de funcionamento dos processos de tomada de decisões onde deve ser pensado em uma educação comprometida em permitir que os sujeitos que estão envolvidos no cotidiano, possam ter acesso a experiências democráticas através de estudos dentro do dia -a - dia da escola.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação**: a posição dos docentes. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2000.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo. 3 ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 01/2002: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2002.
- IFMA. Instituto Federal do Maranhão. Campus São Luís Maracanã. **Projeto de Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo**. São Luís: IFMA, 2012.
- PET. Programa de Educação Tutorial. **Manual de Orientações Básicas**. Brasília: Sesu; MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica**: legislação básica. 6. ed. Brasília, 2005.
- BENJAMIM, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Brasília, 1999. n. 3.
- BRZEZINSKI, Iria e TAVARES. **Conhecimento profissional de professores: a práxis educacional como paradigma de construção**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Teses sobre a Pedagogia do Movimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Um legado de esperança**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Concepções da educação: um estudo introdutório**. 15ªed. São Paulo, Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

KUENZER, Acácia. **Planejamento e educação do Brasil**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. 10. ed. Petrópolis- RJ:Vozes, 2013.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em:
<https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/avanc3a7os-e-desafios-na-construc3a7c3a3o-da-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf>. Acessado em 10.09.2016. Acesso em: 30 dez. 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Ana Inês. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive; FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliana Marta Teixeira. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte : Autêntica, 2007.